

Operação mira grupo interestadual investigado por fraudes virtuais

Qua 30 abril

Uma organização criminosa interestadual investigada por fraudes eletrônicas e lavagem de dinheiro foi alvo de operação da [Polícia Civil de Minas Gerais \(PCMG\)](#), deflagrada nessa terça-feira (29/4) em Goiás e Tocantins, com apoio das polícias civis desses estados. Foram cumpridos 18 mandados de busca e apreensão, sendo 16 na capital Goiânia (GO) e um em Morrinhos (GO), além de outro no município de Paraíso do Tocantins (TO).

A ação é resultado de uma investigação conduzida pela PCMG, com base em informações do Sistema Estadual de Inteligência e Segurança Pública (Seisp/MG). O grupo é suspeito de aplicar golpes por meio de ligações falsas, perfis clonados e anúncios fraudulentos em plataformas on-line. As vítimas estão espalhadas por diversas regiões de Minas Gerais.

Apreensões

Durante a operação, foram apreendidos dezenas de celulares, mais de cem chips telefônicos e outros materiais usados nos crimes. Em uma das residências, um dos alvos foi preso em flagrante por tráfico de drogas.

Ao todo, aproximadamente cem contas bancárias ligadas ao grupo foram identificadas e tiveram o bloqueio judicial determinado. O valor total movimentado pode ultrapassar R\$ 1 milhão, segundo apontamentos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Conforme destacou o delegado responsável, Thiago Machado, a operação marca uma resposta direta às fraudes que vinham sendo cometidas contra cidadãos mineiros. “Essa organização atuava a partir de outros estados, mas direcionava os golpes a vítimas em Minas. A investigação mostrou que a distância não é barreira para a atuação das forças de segurança”, afirmou.

Ainda segundo Machado, os 67 boletins de ocorrência registrados em delegacias de Polícia Civil e unidades da [Polícia Militar](#) foram fundamentais para o avanço da investigação, que contou também com o uso de inteligência artificial para o cruzamento de dados.

Denúncias

O coronel Flávio Santiago, diretor de Comunicação da PMMG, ressaltou a importância da prevenção e do engajamento da sociedade. “Se deu dúvida, é golpe! Essa é a mensagem principal da nossa campanha. A população precisa desconfiar, denunciar e, principalmente, registrar as ocorrências. A comunicação desses crimes é o primeiro passo para que a polícia atue”, alertou.

Segundo Santiago, nos últimos seis meses, cerca de 300 pessoas ligadas a esses crimes foram presas em operações da PMMG e da PCMG, inclusive em outros estados. “Tanto o Serviço de Inteligência da Polícia Militar como os laboratórios de inteligência da Polícia Civil conseguiram, por meio dos boletins de ocorrências, chegar aos criminosos”, destacou.

“Temos que apelar para a mineiridade. Tudo que foge à normalidade e que as pessoas têm dúvida, elas devem buscar alguém mais próximo para checar a veracidade da informação ou acionar a forças de segurança imediatamente”, finalizou.

Investimento

As investigações da PCMG, a cargo da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), unidade vinculada ao Departamento Estadual de Operações Especiais (Deoesp), com suporte do Laboratório de Inteligência Cibernética da Superintendência de Informações e Inteligência Policial (SIIP), tiveram início com levantamentos do Sistema Estadual de Inteligência e Segurança Pública (Seisp/MG).

Para o diretor-geral da Agência Central de Inteligência da [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública \(Sejusp\)](#) e presidente do Seisp/MG, delegado Murillo Ribeiro de Lima, o sucesso da operação é fruto também dos investimentos do estado em tecnologia e capacitação para enfrentamento das novas modalidades criminosas.

“A ação demandou uma expressiva cooperação das agências de inteligência de Minas, de onde partiram os levantamentos iniciais, e de um complexo trabalho de investigação realizado pela Polícia Civil, que possibilitou a desarticulação de um grupo criminoso especializado em golpes virtuais”, destacou.

As apurações continuam com o objetivo de aprofundar a identificação dos integrantes do grupo e viabilizar novas medidas judiciais.